

PROJETO DE LEI N.º 1.601, DE 2023

(Do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj)

Proíbe a implantação, adaptação e utilização de banheiros que determinem o uso comum de pessoas de sexos biologicamente distintos em ambientes escolares.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509 70160-900 – Brasília-DF

PROJETO DE LEI Nº

DE 2023.

(DO SR. PAULO BILYNSKYJ)

Proíbe a implantação, adaptação e utilização de banheiros que determinem o uso comum de pessoas de sexos biologicamente distintos em ambientes escolares

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Proíbe as escolas das redes públicas e privadas da educação básica de ensino de promover a implantação, adaptação e utilização de banheiros que determinem o uso comum de pessoas de sexos biologicamente distintos.

Parágrafo único. As instalações de banheiros e vestiários de que trata o caput deste artigo compreendem instalações em que haja mais de uma cabine com vaso sanitário.

- Art. 2º. Em caso de banheiro único destinado a utilização do corpo docente e servidores das instituições citadas no caput, assim como, a impossibilidade de instalação de duas cabines, sua identificação e finalidade devem ser devidamente especificadas de acordo com o termo "banheiro único", assim como, assegurados condições de privacidade individual a quem dele se utilizar.
- Art. 3º. A infração pelo descumprimento desta lei implicará no pagamento de multa, a ser definida pelos órgãos de fiscalização dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509 70160-900 – Brasília-DF

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de projeto de lei que visa garantir a efetiva segurança aos cidadãos brasileiros, principalmente crianças, adolescentes, professores e servidores, que convivem em ambiente escolar, por meio da proibição da adaptação e utilização de banheiros que determinem o uso comum de pessoas de sexos biologicamente distintos em ambientes escolares.

Ressalta-se que o projeto não tem por finalidade denegrir a personalidade ou a dignidade da pessoa humana. Assim como, o uso comum de banheiros em ambientes escolares por pessoas de sexos biologicamente distintos, não diminuirá os casos de hostilização e outros tipos de violência contra a população LGBT.

Além de se tratar de ambiente íntimo, não se faz razoável tratar desta flexibilização em ambientes compostos majoritariamente por crianças e adolescentes, razão pela qual sua integridade deve ser preservada e inviolada, como dispõe o art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

"O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais."

Nesse sentido, além do possível constrangimento, a flexibilização da destinação fim destes banheiros pode favorecer atos criminosos cometidos por pessoas mal-intencionadas, como pedófilos, aliciadores e estupradores

Esse projeto de lei mostra-se necessário, para garantir a segurança e a integridade dos discentes, docentes e servidores das escolas de educação básica de ensino, para além de sua integridade física e moral.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509 70160-900 – Brasília-DF

Em razão disso, solicito apoio dos nobres pares para esse projeto de lei, a fim de garantirmos maior segurança no ambiente escolar.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2023.

Deputado PAULO BILYNSKYJ (PL/SP)



